

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS TRÊS LAGOAS – CPTL UNIDADE II
CURSO DE ENFERMAGEM

CESAR HENRIQUE RODRIGUES REIS

**CURSOS DE ENFERMAGEM DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
ABORDAM A SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem, sob orientação da Profa. Dra. Hellen Pollyanna Mantelo Cecilio.

TRÊS LAGOAS

2023

RESUMO

A população LGBTQIA+ possui uma demanda na área da sexualidade que não tem sido abordada na formação dos profissionais de enfermagem. Deste modo, objetivou-se analisar o ensino oferecido aos discentes dos cursos de enfermagem de instituições públicas brasileiras para o um melhor acolhimento ao público LGBTQIA+. Para isto, utilizou-se dados do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos de enfermagem de diversas instituições públicas brasileiras com intuito de verificar se existem disciplinas obrigatórias que abordam o tema. Foram selecionados e analisados 63 PPCs disponíveis onde constatou-se que apenas 9 (14,28%) cursos possuem a temática abordada de forma clara em disciplinas obrigatórias. Aprender sobre o cuidado à população LGBTQIA+, propicia um melhor acolhimento já que, em muitos casos ainda acontece a rejeição familiar, além do preconceito e da censura social que advém da sociedade. É importante ressaltar que dentre os achados positivos ainda existem fragilidades, como disciplinas que são totalmente teóricas e com isso ainda não preparam adequadamente o profissional para a assistência. As condições para a humanização no atendimento a todos os públicos ainda são fragmentadas e os tabus precisam ser superados e tratados com sua devida importância para uma sociedade mais equitativa.

Palavras-chave: Sexualidade; Enfermagem; Educação Superior; Currículo; Minorias Sexuais e de Gênero.

INTRODUÇÃO

Grupo minoritário é definido como grupos distintos pertencentes a população do Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou linguísticas estáveis, que diferem fortemente daquelas do restante da população; em geral apresentam-se numericamente inferiores em relação à população geral e não ocupam posição de dominância (OLIVA e KÜNZLI, 2018). Já o grupo vulnerável é definido por meio da chance de exposição ao adoecimento, formada por um conjunto de aspectos não somente individuais, mas englobando seu contexto coletivo que resulta em maior suscetibilidade para as patologias (CARMO e GUIZARDI, 2018). A população lésbica, gay, bissexual, transgênero, queer, intersexo, assexual e demais gêneros e orientações sexuais (LGBTQIA+), negra, mulheres e pessoas com deficiência são exemplos comuns de grupos minoritários e populações vulneráveis, uma vez que estes têm necessidades específicas em saúde, de acordo com suas características individuais.

Assim como outras populações vulneráveis, as demandas da população LGBTQIA+ são variadas, e por isso é necessário pensar na especificidade de cada letra da sigla. Dessa forma, se torna imprescindível a aplicação do processo de cuidado integral, já que cada paciente necessita ser avaliado em todas as dimensões, inclusive a da sexualidade pois esta é, intrinsecamente, relacionada à vida de qualquer pessoa.

Segundo Figueiroa *et al.* (2017), a enfermagem é vista como uma ciência humanística e tem como objetivo principal desenvolver cuidados relacionados à prevenção, promoção, cura e reabilitação de indivíduos e coletividades. Para isso, é importante que os profissionais sejam capacitados para abranger o ser humano em sua totalidade, ou seja, abordando todas as suas dimensões biopsicossociais (LIMA *et al.*, 2021). Neste sentido, a sexualidade não pode ser pouco entendida por esta categoria profissional, já que está intrinsecamente relacionada à vida de qualquer pessoa (GARCIA e LISBOA, 2012).

Além disso, entende-se a sexualidade como uma construção social que constitui a experiência humana, e, na sociedade atual é um elemento-chave para a formação das subjetividades. Em vista disso, devido à importância dos processos educacionais na construção das subjetividades, o ensino superior deve estar preparado também para orientar os alunos a viverem em um mundo plural, onde práticas e desejos sexuais diferentes sejam possíveis e igualmente respeitados, especialmente em cursos de enfermagem (MELLO *et al.*, 2012).

É importante ressaltar que as necessidades de saúde visam associar não só os aspectos biomédicos presentes em um atendimento, bem como também citado por Cecílio (2009),

integralidade e equidade, assim, as necessidades também são sociais e historicamente construídas e devem ser percebidas na individualidade de cada atendimento.

A Escola de Enfermagem não é um local onde devam ser ensinados apenas conteúdos como anatomia humana, fisiologia humana, histologia, embriologia, bioquímica, mas deve configurar como um espaço de aprendizado sobre ética e cidadania, do mesmo modo que se pode exercitar a convivência e o respeito – e não apenas a tolerância – à diferença (MELLO *et al.*, 2012).

Tal fato é de extrema importância haja visto que, a Escola de Enfermagem é um espaço extremamente significativo para a construção das subjetividades em nossa sociedade. Apesar de haver recomendações pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e Base Nacional de Currículo Comum (BNCC), um estudo realizado em 2018 evidenciou que cursos de enfermagem das instituições de ensino superior públicas brasileiras possuem pouca quantidade de disciplinas que abordam gênero e sexualidade de forma específica em sua grade curricular (LIMA *et al.*, 2021).

A visão biomédica de fragmentação do ser humano e com o olhar apenas em patologias, ainda se incorpora nas práticas de enfermagem, especialmente na área da sexualidade e interfere diretamente dificultando a promoção da saúde aos usuários quando se há dificuldade na abordagem do assunto (NOGUEIRA *et al.*, 2017). Portanto, a menor procura pelos serviços de saúde desse público pode estar associada à discriminação e/ou despreparo dos profissionais em lidar com a diversidade sexual (BELÉM *et al.*, 2018).

Por isso, a falta de compreensão da categoria profissional da enfermagem sobre a sexualidade não heterossexual pode impactar negativamente na qualidade e no atendimento, permitindo a oferta de um cuidado que não englobe atenção culturalmente sensíveis em todas os ciclos da vida (CARABEZ e SCOTT, 2016).

Frente ao exposto, o objetivo deste estudo é analisar a oferta de disciplinas para o atendimento ao público LGBTQIA+ nos cursos de enfermagem de instituições públicas brasileiras.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa documental desenvolvida a partir de dados do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), carga horária total do curso e carga horária das disciplinas que abordam a temática da população LGBTQIA+. Os documentos são de domínio público disponibilizados integralmente de forma online de acordo com a Portaria Normativa do MEC

no 40, de 12 de dezembro de 2007. Diante disso, não houve a necessidade de submissão desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

A coleta de dados consistiu em uma busca realizada, entre agosto e outubro de 2022, de forma pareada, a fim de conferir rigor metodológico, das informações contidas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) dos cursos de graduação em enfermagem, ofertados na modalidade presencial por IES públicas cadastradas no sistema eletrônico do ministério da educação E-MEC, implementado em 2007, para (re)credenciamento, autorização e reconhecimento dos cursos das IES no Brasil, utilizando a metodologia adaptada de Lima e colaboradores (2021).

Para a seleção e inclusão dos documentos, utilizou-se como critério de seleção de disciplinas a presença das palavras: LGBT, gay(s), homossexual(is), lésbica(s) e transexual(is) na ementa das disciplinas. Todos os PPC incluídos na análise foram lidos em sua extensão, a fim de identificar as palavras-chave da pesquisa.

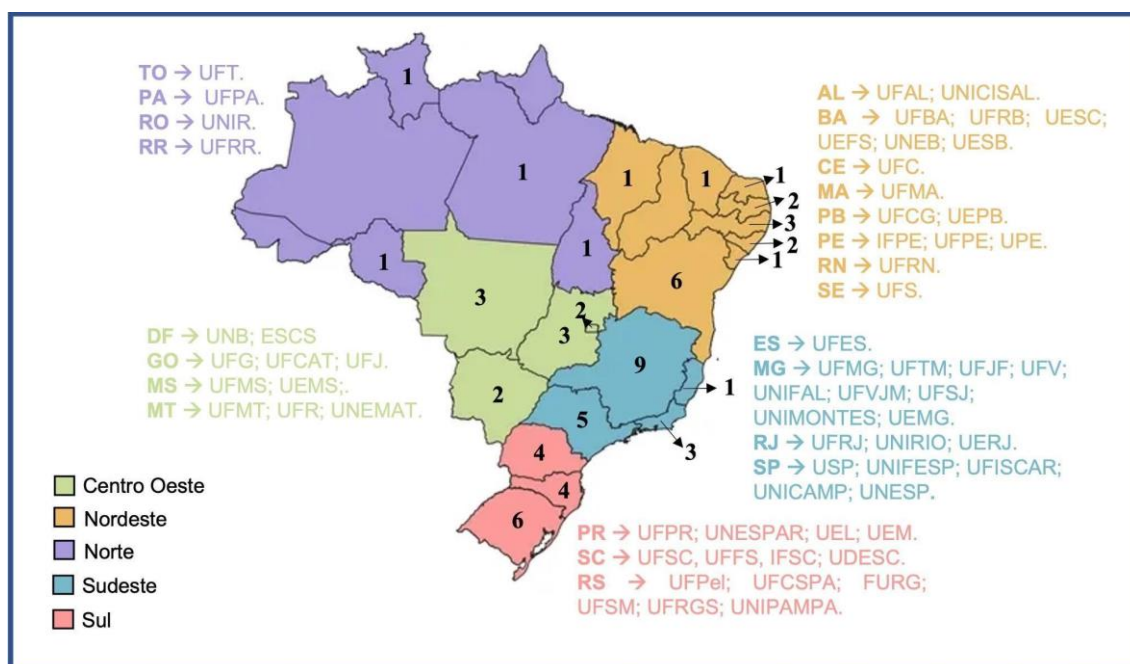
Utilizou-se instrumento de elaboração própria para a coleta de dados contendo dados de caracterização da IES: Unidade de Federação (UF), região e categoria administrativa (estadual ou federal).

RESULTADOS

Foram analisados 63 PPCs de cursos de graduação em Enfermagem em 63 Instituições de Ensino Superior Federais e Estaduais que estavam disponibilizados de forma pública, de acordo com a Portaria Normativa do MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Observou-se que, dos 63 PPCs avaliados, dez são de instituições localizadas na Região Centro-Oeste (15,9%), dezessete na Região Nordeste (27%), quatro na Região Norte (6,3%), dezoito instituições na Região Sudeste (28,6%) e quatorze na Região Sul (22,2%) (**Figura 1**).

Figura 1. Instituições Federais e Estaduais avaliadas quanto aos Projetos Pedagógicos Curriculares para existência de disciplinas obrigatórias que abordam a temática de saúde LGBTQIA+.



Fonte: Autores, 2023.

Identificou-se que 9 PPCs (14,3%) foram encontrados por pelo menos um termo das palavras-chave na ementa de disciplinas obrigatórias do curso, conseqüentemente, em 85,7% dos cursos não é abordada a temática da saúde LGBTQIA+ de forma completa e individualizada, porém ressalta-se que pode haver uma abordagem do assunto de forma não específica e indireta em outras disciplinas.

Além disso, é possível observar que o maior número de instituições públicas (4 IES - 6,35%) que abordam a temática de forma obrigatória estão concentradas na região Nordeste. No entanto, ainda assim, é um número pequeno, já que em porcentagens, esse número corresponde apenas a 23,5% das IES desse estado que foram avaliadas (**Quadro 1**).

Outrossim, observou-se que, mesmo nas IES que possuem disciplinas que abordam a temática, esta acontece de forma bastante pontual, sendo explorada em uma disciplina do curso, com diferentes visões ou abordagens. Ainda, dos 9 PPCs que possuem disciplinas que abordam a temática, seis incluem o papel do enfermeiro ou cuidado à saúde da população LGBTQIA+ (**Quadro 1**).

Quadro 1: Perfil das IES públicas com curso de Enfermagem, carga horária total do curso e as disciplinas que abordam a temática com sua respectiva carga horária.

Região	Instituição e CH do curso	Disciplina e CH	Temas abordados
Nordeste	UEPB CH. 4110 h.	Processo de Cuidar em Saúde da Mulher I CH. 120 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Políticas de atenção social para as mulheres. ● Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. ● Política Nacional de Atenção Integral da População LGBT. ● Direitos sexuais e reprodutivos e bases legais de violência contra a mulher. ● Protocolo de atenção à saúde da mulher e o processo de cuidar em enfermagem. ● Ciclos reprodutivos, Climatério e Menopausa. ● Doenças transmissíveis e não transmissíveis na saúde da mulher.
	UNCISAL CH. 4557 h.	Agravos Contemporâneos, Políticas de saúde e atenção à populações específicas CH. 480 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Carcinogênese (neoplasias de pênis, próstata, mama, colo de útero) e rastreamento de casos. ● Práticas integrativas e complementares. ● Deficiência e acessibilidade. ● Aspectos relacionados à saúde da população LGBT. ● Aspectos relacionados à saúde da população indígena, negra, quilombola, em situação de rua, privadas de liberdade – sistema prisional. ● Aspectos relacionados à política de atenção à saúde do homem.
	UFS* CH. 4335 h.	Prática de Enfermagem na Comunidade III CH. 60 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Atuação do enfermeiro na estratégia de saúde da família em equipes multiprofissionais. ● Políticas públicas e programas voltados à atenção primária à saúde. ● Atuação do enfermeiro nos programas de saúde da criança, adolescente, mulher, população de rua e comunidade LGBTQ+ no contexto dos direitos humanos. ● Sistematização da assistência de enfermagem. Atividade extensionista envolvendo a comunidade.

	UFMA CH. 5085 h	Embriologia CH. 45 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvimento embrionário e organogênese dos principais sistemas funcionais: Sistema esquelético, sistema muscular, cavidades serosas, sistema cardiovascular, sistema respiratório, sistema digestivo, cabeça e pescoço (incluindo formação da hipófise, da glândula tireoide, das glândulas paratireoides, do timo e das células para foliculares), ouvido, olho, pele e anexos, sistema nervoso central (incluindo a formação da glândula pineal), sistema nervoso periférico (incluindo a formação da glândula supra-renal). Sistema urogenital. ● Breve história sobre hermafroditismo, pseudo-hermafroditismo, transexualidade, homossexualidade, eunucoidismo (incluindo castrati) e travestismo.
Norte	UFT CH. 4125 h.	Saúde das Populações Vulneráveis CH. 45 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação das populações vulneráveis. ● O processo saúde-doença nos diferentes grupos populacionais: População negra, indígena e homossexual. ● Atuação do enfermeiro, com base nos programas e políticas públicas, no que tange as populações vulneráveis.
Sudeste	UFVJM CH. 4005 h.	Sexualidade e Educação em Saúde CH. 60 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Aspectos gerais da sexualidade humana. ● Identidade, gênero e orientação sexual. ● Políticas públicas e sexualidade. ● População LGBTQIA+ ● Educação em saúde. ● Atenção do profissional da enfermagem dentro da temática.

	UFES CH. 4050 h.	Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente CH. 390 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Assistir a criança/adolescente nos diferentes níveis de assistência, considerando sua singularidade, contexto familiar, social, direitos de cidadania, especificidades de saúde das populações afrodescendente, indígena, LGBTQIA+ e trabalho infantil. ● Assistir a mulher nos diferentes níveis, considerando sua singularidade, contexto familiar, social, direitos de cidadania, especificidades de saúde das populações afrodescendente, indígena, LGBTQIA+, residentes, trabalhadoras na área rural, mulheres em situação prisional.
Sul	UFSC CH. 4980 h.	Corpo, gênero e sexualidade CH. 36 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Definição de corpo dos gregos aos tempos pós-modernos e miscigenação no Brasil. ● História da sexualidade, diferença sexual e paradigma de gênero e sexualidade. ● Aspectos multidimensionais da sexualidade humana e construção do paradigma heterossexual, homossexual. ● Noções de aconselhamento sexual na consulta de enfermagem.
	IFSC CH. 4280 h.	Saúde Coletiva II CH. 80 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os conceitos e abordagens do Sistema Único de Saúde. ● Políticas para a Saúde Indígena, prisional, população LGBT e Pessoas com Deficiência. ● Financiamento do SUS. ● A Estratégia Saúde da Família e PAC. ● Aplicações teórico-práticas da enfermagem entre os aspectos assistenciais e sociais, de acordo com a realidade local.

Legenda: CH: Carga Horária; h: horas. *Somente na unidade de Lagarto. 1. Competências mencionadas dentro da ementa.

Fonte: Autores, 2023.

DISCUSSÃO

Segundo o E-mec, sistema eletrônico do Ministério da Educação, implementado em 2007, para (re)credenciamento, autorização e reconhecimento dos cursos das IES no Brasil, atualmente existem 156 cursos de graduação em enfermagem ofertados de forma gratuita e presencial. Neste estudo, foram analisados PPCs de 63 instituições (40,4%). Dentre as 63 IES analisadas, apenas 14,3% abordam a temática de maneira obrigatória e, ao estender a análise para o total de cursos de enfermagem, a porcentagem diminui para 5,8%. Dessa maneira, a análise evidenciou uma escassez de disciplinas que abordam a temática de saúde LGBTQIA+ de forma específica.

De acordo com Welter e Grossi (2018), as universidades compõem espaços importantes de formação de sujeitos com perspectiva crítica sobre as relações sociais, capazes de produzir movimentos de transformação na sociedade. Assim, ao se considerar os determinantes sociais de saúde, é importante que haja formação de profissionais qualificados para apreender o processo saúde-doença, bem como as necessidades de saúde de distintos segmentos sociais (LIMA *et al.*, 2021). Ciasca, Hercowitz e Lopes Junior (2021), complementam que o processo de estigmatização relacionado às orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes dos padrões cis e heteronormativos configuram-se como os principais determinantes dos agravos à saúde de pessoas LGBTQIA+.

O profissional de saúde deve ter condições de atender as demandas da população, assim, considerando que nem sempre tais demandas estão atreladas somente ao processo saúde-doença, os graduandos e, futuros profissionais de saúde, precisam ser igualmente qualificados no âmbito do pensamento crítico-reflexivo e desenvolver habilidade de acolher as demandas sociais. Considerando que os profissionais enfermeiros(as) são a maior parte da força de trabalho na área da saúde e atuam em todos os níveis de atenção, são estes profissionais que irão lidar diretamente com as demandas da comunidade (SILVA e MACHADO, 2020).

Destarte, ao considerar as instituições que integram o assunto em seu currículo, a média de duração mínima do curso é de 4.392 horas e a média dessas disciplinas é de 146 horas, isso representa um pouco mais que 3% da carga horária total. Considerando as particularidades de cada instituição, ressalta-se que algumas apresentam disciplinas exclusivamente teóricas. Embora seja relevante o avanço diante às instituições que não abordam a temática, ainda assim, não há um preparo real desse futuro profissional. Segundo Rodrigues e colaboradores (2015), a formação de futuros enfermeiros exige um ensino de qualidade, o que envolve competências assistenciais, gerenciais, de ensino e pesquisa, fato que, diante da diversidade de patologias e

procedimentos técnicos realizados torna-se relevante para que os acadêmicos entendam a enfermagem como ciência aplicada, que transita pela fase empírica para a fase científica, desenvolvendo suas teorias e sistematizando seus conhecimentos.

Ciasca, Hercowitz e Lopes Junior (2021), apontam diversos papéis, responsabilidades e competências profissionais da enfermagem relacionadas a população LGBTQIA+ e, entre elas, vale ressaltar que os enfermeiros devem oferecer suporte às transições do ciclo de vida, inclusive fases como “saída do armário” e conflitos familiares relacionados à orientação sexual e identidade de gênero.

Portanto, cabe aos profissionais abordar a diversidade sexual e de gênero em todas as ações de saúde (puericultura, pré-natal, parto, visitas domiciliares, cuidados paliativos entre outros); no atendimento de pessoas inconscientes sem identificação, respeitar a expressão de gênero (roupas, acessórios), independentemente do genital ou traços corporais, para definir o uso de pronomes de tratamento e realizar grupos educativos na comunidade, serviços de saúde e escola, sejam eles específicos para a população LGBTQIA+ ou não, que incluam aspectos da diversidade sexual e de gênero. No entanto, para que esses profissionais sejam capacitados, esses conteúdos devem constar em disciplinas obrigatórias, para que todos os discentes tenham acesso ao conhecimento (SANTOS, SILVA e FERREIRA, 2019).

Algumas estratégias que podem ser utilizadas na inclusão dessas temáticas no currículo são os estudos de caso, planos de cuidados de enfermagem, discussões, grupos de estudo, pesquisas, aconselhamento acadêmico, cursos de capacitação, estudos independentes e cursos eletivos extracurriculares, parcerias com instituições, serviços de saúde e especialistas, educação interprofissional, workshops, simulação e consultorias (LIMA *et al.*, 2021). Nesse aspecto, Santos e colaboradores (ano), destacam dois campos de atuação importantes no âmbito da atenção primária à saúde (APS), a consulta de enfermagem e o desenvolvimento de grupos educativos na unidade básica de saúde (UBS) ou em outros espaços disponíveis no território, como escolas, associações de moradores, igrejas e espaços públicos e coletivos.

Por fim, como destacado por Ciasca, Hercowitz e Lopes Junior (2021), ainda hoje constata-se uma escassez de estudos sobre o comportamento sexual e estratégias de prevenção de IST em mulheres lésbicas, bissexuais e demais identidades sexuais. Diante disso, urge que sejam desenvolvidas pesquisas relativas à saúde LGBTQIA+ para aprimorar a compreensão das necessidades específicas, riscos, comportamentos e vulnerabilidades da sigla. A invisibilidade é tão presente que são raros os estudos sobre a saúde mental, qualidade de vida, indicadores de saúde da população lésbica, acesso à saúde e sexualidade de pessoas LGBTQIA+ com

deficiência ou doenças crônicas que não o HIV, bem como sobre o suporte social ou violência de parceria íntima.

A discussão acerca da saúde da população LGBTQIA+, assim como das demais necessidades específicas, constitui a possibilidade de desconstruir e reconstruir conceitos e valores estabelecidos ao longo da vida (SEHNEM *et al.*, 2013). A promoção da saúde sexual está inteiramente relacionada à qualidade da formação profissional em toda a amplitude de aspectos que envolvem a sexualidade (RUFINO, MADEIRO e GIRÃO, 2013).

CONCLUSÕES

Destaca-se a necessidade de discutir as necessidades de saúde de pessoas LGBTQIA+ em instituições de ensino superior, as quais constituem como um grande diferencial na formação desses profissionais. No entanto, como demonstrado na pesquisa, nos cursos de enfermagem das IES públicas brasileiras, ainda existem muitas lacunas na abordagem dessa temática, como por exemplo, a escassez de disciplinas, o que contribui para a diminuição da qualidade da assistência prestada a essas pessoas.

Cabe salientar que uma das limitações encontradas, foi a possibilidade de as instituições abordarem a temática em disciplinas, mesmo não estando detalhado na ementa disponível no PPC e, devido a isso, não terem sido incluídos neste estudo. Outra limitação identificada foi a indisponibilidade do PPC online ou mesmo a ausência de resposta ao e-mail enviado à coordenação de curso solicitando o acesso.

Reconhecer essas necessidades permite reestruturar o cuidado, tornando-o mais atento e adequado às especificidades, assim como é possível diminuir as iniquidades de acesso atreladas às diversidades sexual e de gênero. Para isso, é necessário pensar em estratégias de aprimoramento das atividades curriculares, para que estas cumpram as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação em enfermagem e insiram de forma padronizada as temáticas transversais estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional.

Desta forma, o déficit na formação deste futuro profissional pode acarretar consecutivas lacunas no cuidado. A desinformação em como agir, reagir e acolher essa comunidade na prestação do serviço fere diretamente a humanização. Isto posto, se faz essencial que as individualidades do cliente LGBTQIA+ sejam inseridas no cotidiano do cuidado em saúde, seja nas práticas assistenciais ou nas disciplinas teóricas que abordam os ciclos de vida.

REFERÊNCIAS

BELÉM, J. M. et al. Atenção à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Estratégia Saúde da Família. **Revista Baiana De Enfermagem**. 2018; 32(1):e26475.

CARABEZ, R.; SCOTT, M. 'Nurses don't deal with these issues': nurses' role in advance care planning for lesbian, gay, bisexual and transgender patients. **Journal of Clinical Nursing**. 2016; 25(23-24): 3707-3715.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**. 2018; 34(3):e00101417.

CECÍLIO, L. C. O. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em Saúde. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro, 2009, p. 117-130.

CIASCA, S. V.; HERCOWITZ A.; LOPES JUNIOR, A. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. **Santana de Parnaíba: Editora Manole**, 2021, cap. 41, p. 357-364.

FIGUEIROA, M. N, et al. Nursing students' perception of training on human sexuality. **Revista de Enfermagem Referência**. 2017; 4(15):21-30.

GARCIA, O. R. Z.; LISBOA, L. C. S. Consulta de enfermagem em sexualidade: um instrumento para assistência de enfermagem à saúde da mulher, em nível de atenção primária. **Texto & Contexto – Enfermagem**. 2012; 21(3):708-716.

LIMA, A. C. S., et al. Gender and sexuality in the training of nurses in Brazilian public higher education: a documentary study. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro – RECOM**. 2021; 11(1): e3877.

MELLO, L., et al. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**. 2012; 6(7):99-122.

NOGUEIRA, I. S. et al. A. Perception and formation of nursing academics regarding human sexuality. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**. 2017; 9(3):614-619.

OLIVA, T. D.; KÜNZLI, W. S. Protection of minorities in international law. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. 2018; 113(1): 703-719.

RODRIGUES, J. Z., et al. A importância da aula prática na formação do profissional de enfermagem: um relato de experiência. **Revista Panorâmica On-Line**. 2015; 19(1): 99-110.

RUFINO, A. C.; MADEIRO, A. P.; GIRÃO, M. J. B. C. The Teaching of Sexuality in Undergraduate Medical Education: The Perception of Students from Piauí. **Revista Brasileira de Educação Médica - RBEM**. Associação Brasileira de Educação Médica. 2013; 37(2):178-185.

SANTOS, J. S.; SILVA, R. N.; FERREIRA, M. A. Health of the LGBTI+ Population in Primary Health Care and the Insertion of Nursing. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. 2019; 23(4):e20190162.

SEHNEM, G. D. et al. A sexualidade na formação acadêmica do enfermeiro. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. 2013; 17(1): 90-96.

SILVA, M. C. N.; MACHADO, M. H. Sistema de Saúde e Trabalho: desafios para a Enfermagem no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2020; 25(1):7-13.

WELTER, T.; GROSSI, M.P. É possível ensinar gênero na escola? Análise de experiências de formação em gênero, sexualidade e diversidades em Santa Catarina. **Revista Linhas**. 2018; 19(39):123-145.